



VENEZUELA



Polícia Nacional Bolivariana dispara gás lacrimogêneo contra manifestantes no dia seguinte às eleições



Helicoide, o famigerado centro de detenção da inteligência, em Caracas: denúncias de torturas



Nicolás Maduro faz discurso enquanto segura réplica de espada de Simón Bolívar em Caracas



Edmundo González cumprimenta simpatizantes durante comício em Caracas em 4 de julho

Escalada repressiva

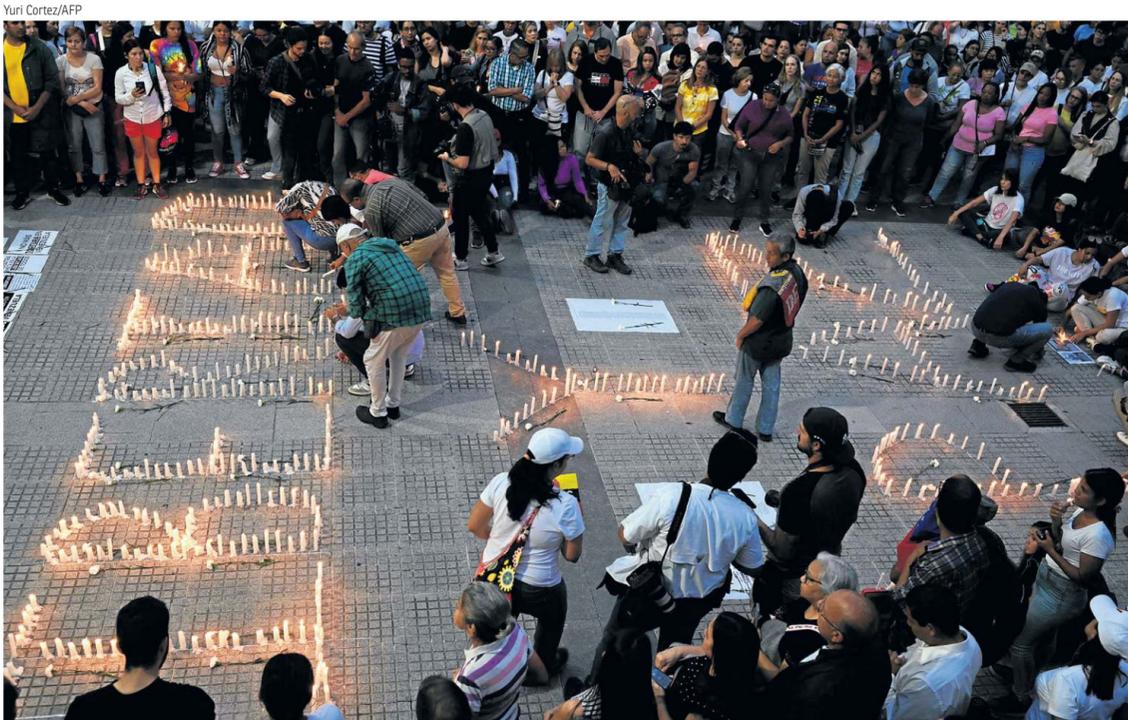
Regime de Nicolás Maduro intensifica perseguição a opositores e sufoca manifestações com violência. Para especialistas, medida é uma tentativa do Palácio de Miraflores de manter controle sobre o país e preservar o poder, após eleição contestada

» RODRIGO CRAVEIRO

Pelo menos 25 civis mortos, 200 feridos, 2.400 detidos — incluindo cerca de 150 crianças e adolescentes. Muitos dos presos estão em centros de tortura como o Helicoide, a sede do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional (Sebin), em Caracas, sem direito a advogados ou à visita de familiares. Perseguições a opositores, ameaças do Ministério Público, batidas policiais. Desde as eleições de 28 de julho e a proclamação, por parte da Plataforma Unitária Democrática, da vitória do ex-diplomata Edmundo González Urrutía, o regime de Nicolás Maduro mobilizou o aparato repressivo. Para especialistas, uma medida de sobrevivência.

Ao longo da última semana, a polícia do Estado deteve aliados e assessores da ex-deputada e líder opositora María Corina Machado. Na quarta-feira, o ex-parlamentar Biagi Pilieri e o filho Jesús Pilieri foram perseguidos pelo Sebin e capturados, ao retornarem de uma manifestação na qual Machado estava presente. Um dia antes, Perkins Rocha, advogado de María Corina, também foi detido. O procurador-geral, Tarek William Saab, emitiu três convocações para que Edmundo preste depoimento. A última delas, na quinta-feira, veio com uma ameaça de prisão.

“Sem dúvida, houve um incremento da repressão política desde 29 de julho. É uma tentativa do regime de Maduro de controlar a situação, depois de perder a eleição e de fazer com que o país, por meio da força, aceite os ‘resultados oficiais’”, admitiu ao **Correio** Benigno Alarcon, diretor do Centro de Estudos Políticos e de Governo da Universidad Católica Andrés Bello (em Caracas). Ele explicou que esse cenário cria condições para o aumento de conflitos na Venezuela. “O regime trata de controlar esse fenômeno com a intensificação da perseguição política e da repressão, além de gerar um clima de medo generalizado. O objetivo é manter a situação sob controle.”



Moradores de Caracas acendem velas formando as palavras “Libertad e Paz” durante vigília em homenagem às vítimas do regime chavista

Para Alarcon, a saída mais plausível para a crise passa pelo reconhecimento da eleição, a fim de abrir espaço para um processo de negociação entre Maduro e a oposição. “Seria uma transição negociada nos moldes daquela ocorrida na África do Sul, quando o presidente Frederik Willem De Klerk (1936-2021) aceitou uma abertura política e negociar com Nelson Mandela, que ganharia a eleição”, explicou. “O mesmo ocorreu com Augusto Pinochet, no Chile, que entrou em um processo de negociação depois da derrota no plebiscito, antes da eleição.”

Risco de ruptura

O estudioso considera essa solução impossível e vê o risco de uma ruptura de poder, com circunstâncias imprevisíveis. “Pode ocorrer uma fratura no governo de Maduro que o leve ao colapso.

É difícil prever se setores com algum nível de consciência democrática decidirão facilitar o processo de transição ou se todo o regime se esquivará para se manter no poder pela força”, disse Alarcon.

Marino Alvarado, advogado e ex-coordenador jurídico da organização não governamental Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea), concorda com Alarcon. “Temos visto uma intensificação da perseguição sistemática às organizações políticas e sociais que expressam dissidência em relação à cúpula governante. O Tribunal Penal Internacional investiga esse crime de perseguição”, relatou à reportagem.

Professor emérito da Universidad Central de Venezuela (em Caracas), Allan R. Brewer-Carías afirmou ao **Correio** que a onda repressiva pós-eleição é “uma realidade muito lamentável”.

“Isso foi denunciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e discutido no Conselho Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA)”, lembrou. De acordo com ele, a perseguição política se intensificou e houve um aumento das detenções arbitrárias e dos desaparecimentos forçados. “Os ativistas dos direitos humanos e advogados de líderes da oposição são os mais afetados. Tudo isso tem abatecido os documentos reunidos pelo Tribunal Penal Internacional para julgar crimes contra a humanidade.”

O regime de Maduro não tem discernido nem sequer menores de idade. Segundo Alvarado, adolescentes estão em centros de detenção da Venezuela. Um documento da Missão Internacional Independente do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas atesta que mais de 100 crianças e adolescentes foram

acusados dos mesmos crimes graves que os adultos e não contaram com a presença de seus pais, mães ou tutores durante os procedimentos judiciais.

Advogado e professor de direito em Barquisimeto, o venezuelano Alfonso Ochoa — hoje residente em Orlando (EUA) — crê que a perseguição começou antes mesmo de 28 de julho, durante a campanha. “Os órgãos tributários do Estado multaram e fecharam escritórios da oposição, além de empresas prestadoras de serviços”, exemplificou. “Aos poucos, a polícia fechou rodovias e ruas, para impedir que María Corina e Edmundo chegassem aos compromissos de campanha. Na noite do dia das eleições, a oposição tinha o direito de acesso às atas de apuração, mas não recebeu os documentos. Coletivos (grupos armados) começaram a amedrontar a população e a cometer assassinatos.”

Eu acho...



Arquivo pessoal. “A consequência das eleições de 28 de julho é a radicalização do regime de Nicolás Maduro. Normalmente, os autoritarismos competitivos, os regimes híbridos, tendem a se fechar muito mais quando os processos eleitorais não lhes servem e não lhes é possível a legitimação pelo voto. O que cabe esperar é uma maior autocratização do governo, um regime que fica mais dependente da força e disposto a usá-la para se manter no poder.”

Benigno Alarcon, diretor do Centro de Estudos Políticos e de Governo da Universidad Católica Andrés Bello (em Caracas)



Provea. “A única solução para a crise passa pela transparência do resultado eleitoral, como exigem a população e boa parte da comunidade internacional. Não é uma demanda caprichosa, mas demarcada pela Constituição, em seu artigo 5, e pela legislação eleitoral. É fundamental que Brasil e Colômbia realizem bons ofícios para atender à crise na Venezuela, que, em poucos meses, será social, com o aprofundamento da crise econômica e o aumento da pobreza.”

Marino Alvarado, advogado e ex-coordenador jurídico da ONG Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea)



Arquivo pessoal. “A saída mais plausível precisa derivar da necessária publicação, por parte do Conselho Nacional Eleitoral, de todas as mais de 30 mil atas de apuração, mesa por mesa, devidamente tabuladas, como sempre houve em eleições.”

Allan R. Brewer-Carías, professor emérito da Universidad Central de Venezuela

SUSPENSÃO GLOBAL

Nove países bloqueiam rede social X

Acusada de difusão de notícias falsas, a rede social X é vetada no Brasil e, em mais oito países. Bloqueiam a X China, Rússia, Irã, Coreia do Norte, Venezuela, Paquistão, Mianmar e Turcomenistão. Alguns locais a ordem de suspensão foi por tempo determinado, mas em outros, tem caráter permanente. Para as autoridades, o bloqueio temporário deu resultados eficientes.

Havia queixas de divulgação de informações falsas e incitação à violência e às divergências

políticas, como no Egito durante a Primavera Árabe em 2011. Também na Turquia em 2014 e 2023, e no Uzbequistão antes e depois das eleições presidenciais de 2021.

Na China, o Twitter (antigo nome do X) era pouco conhecido no mundo quando o governo proibiu, em junho de 2009, dois dias antes do 20º aniversário da repressão às manifestações pró-democracia na Praça da Paz Celestial. Os chineses aprenderam a viver sem ele e

utilizam amplamente as plataformas Weibo e WeChat.

O governo de Valdimir Putin, na Rússia, a restrição começou em 2021, denunciando a difusão de “conteúdos ilegais”. Depois, o acesso foi formalmente bloqueado a partir de março de 2022, logo após o início da invasão da Ucrânia por parte do Exército russo. Entretanto, muitos russos continuam utilizando o X por meio de serviços de VPN, que permitem evitar a proibição.

O presidente da Venezuela,

Nicolás Maduro, reeleito, ordenou em 9 de agosto, a suspensão do X durante 10 dias, enquanto se desenvolviam violentos protestos em todo o país. Apesar do prazo já ter expirado, a proibição continua em vigor. No Irã, uma onda de manifestações após as eleições presidenciais de junho de 2009, cujo resultado foi questionado, levou à proibição do Twitter.

Governos autoritários

O governo da Coreia do Norte

bloqueou a rede social em abril de 2016, junto com Facebook, YouTube e sites de apostas e pornografia. O acesso à internet, fora dos poucos sites governamentais, é estritamente controlado por esse regime autárquico, que o reserva a alguns poucos responsáveis.

Turcomenistão, um dos países mais isolados do mundo, bloqueou o Twitter no início da década de 2010, e mais outros serviços e sites estrangeiros. A navegação por internet é feita,

exclusivamente, pela empresa estatal TurkmenTelecom, monitorada pelas autoridades.

Em Mianmar, o Twitter é inacessível desde fevereiro de 2021, já que foi proibido devido aos protestos contra o golpe militar. No Paquistão, a plataforma X está proibida desde as eleições legislativas de fevereiro de 2024. No X, foram difundidas amplamente acusações de fraude em prejuízo de um partido da oposição, o do ex-primeiro-ministro Imran Khan, que está preso.